

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Mercado recolhe os flaps

Diante da decisão de governo de buscar corte nas despesas e o recrudescimento da agenda no Congresso, a turma da economia se acalmou. A avaliação é de que o governo já entendeu o recado de que não dá para aumentar a carga tributária. Também pesou o fato de os agentes financeiros perceberem um recrudescimento da agenda radical no Congresso. Afinal, o que começa tratando de aborto e outros temas mais ligados aos costumes, pode descambar daqui a pouco para uma interferência no Poder Judiciário, algo que nenhum deles deseja.



A ideia fixa de Bolsonaro

O ex-presidente Jair Bolsonaro está muito mais interessado na eleição de vereadores do que propriamente na de prefeitos. A ordem é criar capilaridade, para formar um exército capaz de ajudar na conquista de vagas ao Senado em 2026. É essa a prioridade do bolsonarismo para a próxima rodada das eleições presidencial e estaduais.

O alvo é o STF

O ex-presidente e seus aliados mais fiéis não veem a hora de conseguir emplacar um processo de impeachment contra o que consideram abusos praticados pela Suprema Corte. Especialmente, o ministro Alexandre de Moraes. E a forma de conseguir isso é conquistando maioria, por tabela, a presidência das casas legislativas.

Ensaio geral

Para este mandato, os bolsonaristas querem insistir na indicação de um candidato a presidente da Câmara. Até aqui, muitos consideram que Arthur Lira, embora tenha apoiado o ex-presidente Bolsonaro e dado espaço às pautas bolsonaristas na Câmara, faz jogo duplo em busca de maioria para eleger o sucessor.

Vire o disco

O presidente da Câmara, Arthur Lira, foi aconselhado a voltar com a pauta econômica. A pauta de costumes, como aborto, só acirra o clima no Congresso. Se não tiver nada para votar, melhor fazer uma sessão geral em plenário sobre reforma tributária, ou avaliação das contas públicas. Quem diria... são temas "lights", que permitem um debate num clima de paz.

Por falar em paz...

Sem a Rússia, o Brasil ficará fora da Cúpula da Paz deste fim de semana, na Suíça, que vai discutir saídas para a guerra da Ucrânia. Não dá para falar em paz sem colocar Rússia e Ucrânia juntos para discutir acordo. Essa, aliás, foi a proposta de Lula ao G7.

CURTIDAS



Reprodução/Instagram @pablomarcal

A gota d'água/ O que levou ao movimento de votar rapidamente a proposta da punição a deputados pela Mesa Diretora foi o fato de o ex-coach Pablo Marçal (foto) desfilar pela Câmara com um broche parlamentar estampado no peito. Marçal não é parlamentar, não é suplente, tampouco tem um diploma do Legislativo que lhe permita circular de botton na lapela.

Ficou nisso/ Aliás, a maioria das excelências ficou envergonhada e constrangida. Suspeita que algum colega parlamentar emprestou o broche para o ex-coach circular pela Casa sem ser incomodado, inclusive em locais de acesso restrito em dias de muito movimento, como o Conselho de Ética e a Comissão de Constituição e Justiça.

É falta grave/ O uso de broche parlamentar é restrito a congressistas no exercício do mandato. Ex-deputados têm um modelo diferente. O acessório é considerado tão importante e solene quanto o diploma de parlamentar, que muitos se orgulham de expor na parede do gabinete ou em casa.

Sintoma de um país doente/ Querer que a vítima de estupro seja punida ao optar por um aborto, inclusive com uma pena muito maior do que a do agressor, é sinal de que os nossos congressistas perderam a noção de violência.

PL DO ABORTO / A entidade da Igreja Católica argumenta que "matar o bebê" concebido em estupro não é solução e que a interrupção da gravidez provoca grande sofrimento físico, mental e espiritual para a gestante

CNBB defende a aprovação

» CAMILLA GERMANO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) afirmou, ontem, que considera importante a aprovação do Projeto de Lei 1.904/2024, que equipara aborto a homicídio. O texto teve a urgência aprovada na Câmara dos Deputados na quarta-feira.

"A Igreja Católica, neste momento, considera importante a aprovação do PL 1.904/2024, mas continua no aguardo da tramitação de outros projetos de lei que garantam todos os direitos do nascituro e da gestante", diz a nota, assinada pela presidência da CNBB.

Atualmente, o aborto é autorizado em casos de estupro, de fetos com anencefalia e de risco de morte da gestante. O PL altera o Código Penal e proíbe a interrupção da gravidez após as 22 semanas. A punição, conforme o texto, vai de seis a 20 anos de prisão.

O comunicado destaca que a CNBB não se insere na politização e na ideologização do debate. "Contudo, adentra-o por ser profundamente ético e humano. São a dignidade intrínseca e o direito mais fundamental, que é o direito à vida, que estão sob ameaça", argumenta.

Segundo o texto, o projeto de lei surgiu para coibir a morte provocada de bebês por meio da "cruel prática de assistolia fetal", que foi proibida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e liberada por liminar pelo ministro Alexandre de Moraes, no Supremo Tribunal Federal (STF). "Este PL cumpre o papel de coibir a morte provocada do bebê, previamente ao término da gravidez", frisa.

"Cabe ressaltar que as 22 semanas não correspondem a um marco arbitrário. A partir dessa idade gestacional, realizado o parto, muitos bebês sobrevivem. Então, por que matá-los? Por que este desejo de morte? Por que não evitar o trauma do aborto e no desaguar do nascimento, se a mãe assim o desejar, entregar legalmente a criança ao amor e aos cuidados de uma família adotiva? Permitted viver a mulher e o bebê", enfatiza a conferência.

"Ilusão"

Ainda conforme a entidade, "diante do crime hediondo do estupro, que os agressores sejam identificados e que a legislação seja rigorosa e eficaz na punição". "É ilusão pensar que matar o bebê seja uma solução. O aborto também traz para a gestante grande sofrimento físico, mental e espiritual. Algumas vezes, até a morte."

"Que Nossa Senhora Aparecida interceda por todas as nossas famílias, proteja a vida de nossas gestantes e de todas as crianças que estão no ventre materno, para que todos tenham vida, e vida em abundância", acrescenta.

A CNBB também usou as redes sociais para destacar seu posicionamento. Em vídeo, a nota da entidade é lida pelo secretário-geral da CNBB e bispo auxiliar de Brasília, dom Ricardo Hoepers. Ele é um dos signatários do comunicado, assim como o presidente da CNBB, dom Jaime Spengler, arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre; o 1º vice-presidente, dom João Justino de Medeiros Silva, arcebispo da Arquidiocese de Goiânia; e o 2º vice-presidente, dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Reprodução/CNBB



Nas redes sociais, o bispo auxiliar de Brasília, dom Ricardo Hoepers, leu a nota da CNBB



Cabe ressaltar que as 22 semanas não correspondem a um marco arbitrário. A partir dessa idade gestacional, realizado o parto, muitos bebês sobrevivem. Então, por que matá-los? Por que este desejo de morte?"

Trecho da nota da CNBB

Nas redes sociais, rejeição ao projeto

» ALINE BRITO

Nas redes sociais, a maioria dos posicionamentos são contra o projeto de lei que equipara a homicídio o aborto praticado a partir da 22ª semana de gravidez. O levantamento foi divulgado ontem pela Quaest Pesquisa e Consultoria.

A empresa coletou 1,1 milhão de menções sobre o tema nas redes sociais X (antigo Twitter), Facebook e Instagram, entre quarta-feira e ontem até as 13h30. Dessas, 52% eram contra o PL e 15%, a favor.

Ontem, um dos temas mais comentados do dia no X foi o

projeto. Termos como "Fora Lira" e "Bancada do Estupro" figuraram entre os assuntos do momento. O primeiro acumulou mais de 18 mil publicações e, o segundo, somou quase 83 mil postagens.

O interesse público acerca do projeto também influenciou no aumento dos acessos ao portal oficial da Câmara dos Deputados. Em dois dias (quarta e quinta-feira), a proposta atingiu 3,1 milhões de visualizações e 780 mil interações.

De acordo com a Agência Câmara, desde o início do ano, estão sendo monitoradas 109 mil propostas nos canais da Casa

Legislativa, que, juntas, geraram quase 30 milhões de visualizações. O PL 1.904/24 se tornou responsável por 12,22% dessas visualizações em um intervalo de dois dias, enquanto a segunda proposta mais visualizada responde por 3,02%.

Até o fechamento desta edição, havia 776.939 votos na enquete da proposta, no site da Câmara. Dessas, 88% declararam que discordam totalmente do projeto. Na quinta-feira, em razão do alto número de acessos simultâneos, a página da enquete ficou fora do ar e retornou mensagem de erro para os usuários, mas o problema foi corrigido.

» Onze deputadas assinam proposta

O projeto de lei da Câmara que equipara aborto acima de 22 semanas de gestação ao crime de homicídio tem 33 autores. Dos deputados que assinam a proposta, 11 são mulheres. São elas: Bia Kicis (PL-DF), Carla Zambelli (PL-SP), Cristiane Lopes (União-RO), Dayany Bittencourt (União-CE), Coronel Fernanda (PL-MT), Franciane Bayer (Republicanos-RS), Greyce Elias (Avante-MG), Julia Zanatta (PL-SC), Lêda Borges (PSDB-GO), Renilce Nicodemos (MDB-PA) e Simone Marquette (MDB-SP).